



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

201ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

14 E 16 DE DEZEMBRO DE 2011

ATA

1 Às dezessete horas do dia catorze de dezembro de dois mil e onze, na Sala do Gabinete
2 Ministerial do décimo andar do Edifício Sede da Secretaria de Direitos Humanos da
3 Presidência da República, em Brasília/DF, reuniu-se o Conselho Nacional dos Direitos da
4 Criança e do Adolescente, em sua ducentésima primeira assembleia, sob a presidência da
5 Ministra Maria do Rosário Nunes. **Estiveram Presentes: os Conselheiros Governamentais**
6 **Titulares:** Ministra Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de
7 Direitos Humanos da Presidência da República/SDH/PR; Sra. Eutália Barbosa Rodrigues,
8 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS; Sra.
9 Danielly dos Santos Queirós, Representante do Ministério da Educação/MEC; o Sr. Davi
10 Ulisses Brasil Simões Pires, Representante do Ministério da Justiça/MJ. **Conselheiros**
11 **Governamentais Suplentes:** Sra. Marina Leite da Silveira, Representante do Ministério da
12 Cultura; Sra. Salete Valesan Camba, Representante da Secretaria de Direitos Humanos da
13 Presidência da República/SDH/PR; Sra. Maria de Lourdes Magalhães, Representante do
14 Ministério da Saúde/MS. **Conselheiros Não-Governamentais Titulares:** Sra. Miriam Maria
15 José dos Santos, Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos e Vice-Presidente
16 do CONANDA; Sra. Aracélia Lúcia Costa, Representante da Federação Nacional das APAE's
17 – FENAPAES; Sra. Maristela Cizeski, Representante da Pastoral da Criança/Confederação
18 Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB; Sra. Raimunda Núbia Lopes da Silva, Representante
19 da Central Única dos Trabalhadores/CUT; Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda,
20 Representante da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB; Sr. Adriano de Britos,
21 Representante da Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Sra. Iralda Cassol
22 Pereira, Representante da Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho; Andrea Franzini,

23 Representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB/ Pastoral do Menor.
24 **Conselheiros Não-Governamentais Suplentes:** Sra. Alessandra Mara França,
25 Representante da ONG Criança Segura; Sra. Sumaia de Oliveira Costa, Representante da
26 Fundação Orsa. **Coordenação-Geral do CONANDA:** Sra. Luciane Escouto, Coordenadora-
27 Geral do CONANDA; Sra. Lilian Cordeiro Prates, Assessoria Técnica do CONANDA; Sra.
28 Manoela Marins Hartz, Assessora Técnica do CONANDA. **Convidados:** Sr. Marcelo
29 Nascimento, Coordenador Geral do Sistema de Garantia de Direitos/SGD; Sra. Carmen
30 Silveira de Oliveira, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do
31 Adolescente; Tarcísio Fortes, Representante da Secretaria do Programa de Aceleração do
32 Crescimento PAC/SEPAC do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG; Sra.
33 c, Representante da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio
34 Ambiente/Ibama; Sra. Juliette Queiroz Monsã, Representante do Ministério de Minas e
35 Energia/MME; Sra. Juliana Di Thomazo, Coordenadora do Programa Infância Ideal do
36 Instituto Camargo Corrêa; Sra. Rosana Junqueira, Representante do Instituto Childmood
37 Brasil; Sr. Joacy Pinheiro, Membro da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da
38 Criança e do Adolescente/SPDCA; Éryca Ap. Santana da Silva Monteiro, Representante do
39 Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; Sra.
40 Karina Figueiredo, Representante do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual
41 contra Crianças e Adolescentes; Professor Wanderlino Nogueira, Ganador do Prêmio
42 Direitos Humanos 2011 na categoria Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente; Sr.
43 Sérgio Eduardo Marques da Rocha, Representante das Aldeias Infantis SOS/Brasil. **Pauta: 1)**
44 **Abertura; 2) Informes; 3) Votação de Resoluções; 4) Aprovação das Atas das Assembleias**
45 **Anteriores; 5) Colóquio sobre os Impactos das Grandes Obras na Vida de Crianças e**
46 **Adolescentes; 6) Projeto de Lei do Conselho Tutelar; 7) Relato das Comissões; 8)**
47 **Encerramento. Abertura.** A Ministra Maria do Rosário Nunes abriu a reunião
48 cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Registrou que: na manhã daquele dia foi
49 assinado convênio entre a Secretaria de Direitos Humanos/SDH o Banco do Brasil/BB, que
50 disponibilizaria aos conselhos tutelares brasileiros cinco mil novos computadores; foi firmado
51 também termo de parceria com a Federação de Distribuidores de Combustíveis para que, na
52 próxima Campanha Nacional, coordenada pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à
53 Violência e Exploração Sexual, no carnaval 2012 (dois mil e doze), os postos de gasolina do
54 Brasil inteiro participassem desta campanha, mobilizados contra a exploração sexual e
55 apoiando as iniciativas da Polícia Rodoviária Federal para o combate à exploração sexual; a

56 Comissão Especial sobre Castigos Físicos e Humilhantes da Câmara dos Deputados Federais
57 aprovara, concomitante à reunião, o relatório da Deputada Federal Teresa Surita (PMDB-RR)
58 sobre o Projeto de Lei 7672/10, que alterava a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que
59 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do
60 adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento
61 cruel ou degradante. Afirmou que faria contato com o Presidente da Câmara, o Deputado
62 Federal Marco Maia, para que o mesmo destacasse ao Senado importante que essa matéria
63 seguisse o seu trâmite sem maiores medidas de caráter protelatório, uma vez muito importante
64 para a cultura de direitos humanos das crianças e dos adolescentes e o enfrentamento da
65 violência no ambiente familiar. Propôs com isto cumprimentos à Câmara Federal e à
66 Comissão Especial pela aprovação do relatório. Após, a Conselheira Maristela Cizeski,
67 Representante da Pastoral da Criança/Confederação Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB,
68 relatou que os conselheiros tutelares dos estados que visitava por causa das conferências
69 municipais dos direitos da criança e do adolescente afirmavam que o sistema operacional,
70 Sistema de Informações para a Infância e Adolescência Conselho Tutelar/SIPIA-CT, era
71 muito lento. Destacou também que apesar de disponibilizadas as novas máquinas, alguns
72 conselheiros evitavam utilizar o sistema. Questionou qual seria a normativa de cobrança para
73 incentivar o uso das máquinas e do referido sistema. Ao passo que o Sr. Marcelo Nascimento,
74 Coordenador Geral do Sistema de Garantia de Direitos/SGD, informou que a reclamação do
75 tempo de espera da máquina não ocorria mais e o que ocorria em alguns municípios era que a
76 internet ainda era lenta ou a rádio e que o servidor, alocado na SDH, suportava até 1.500
77 acessos ao mesmo tempo. Com relação ao segundo ponto exposto, informou que havia uma
78 minuta de resolução do SIPIA, que já foi discutida no âmbito do Conselho, mas que não virou
79 resolução. Portanto, sugeriu a publicação desta resolução. Na sequência, a Sra. Aracélia Lúcia
80 Costa, Representante da Federação Nacional das APAE's – FENAPAES, sugeriu que fosse
81 inserido no SIPIA o registro da violação de direitos de crianças e adolescentes com
82 deficiência. Na sequência, a Ministra Maria do Rosário Nunes registrou cumprimentos ao
83 Ministério da Saúde e ao Conselho Nacional de Saúde/CNS pela realização da Conferência
84 Nacional de Saúde/MS, bem como ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
85 Fome/MDS e ao Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS pela realização da
86 Conferência Nacional de Assistência Social. Registrou também a participação ativa na área de
87 direitos humanos da Conferência Nacional sobre Segurança Alimentar, também sob
88 responsabilidade do MDS. Ressaltou a realização da 3ª Conferência Nacional de Políticas

89 para as Mulheres. Afirmou, com isto, que solicitaria aos conselheiros das pastas atinentes
90 governamentais os relatórios e resoluções aprovadas nas conferências, aquelas que
91 possuísem intersecção com o trabalho sobre crianças e adolescentes na primeira Assembleia
92 Ordinária do CONANDA no ano de dois mil e doze. **Votação de Resoluções.** A Ministra
93 Maria do Rosário Nunes fez a exposição da Resolução que dispõe sobre a constituição de
94 grupo de trabalho visando a conclusão da política e do plano decenal dos direitos humanos da
95 criança e do adolescente, realizando breve leitura da mesma, que, após as sugestões de
96 alterações foi aprovada com nova denominação, a qual seria: Resolução que dispõe sobre a
97 constituição do grupo de trabalho visando propor a elaboração de minuta de texto da Política e
98 do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Após, a Ministra
99 apresentou aos demais a Resolução que altera dispositivos da Resolução 137/2010, que dispõe
100 sobre parâmetros para a criação e funcionamento dos fundos nacional, estaduais e municipais
101 dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências. Ao passo que a Sra.
102 Manoela Marins Hartz, Assessora Técnica do CONANDA, esclareceu que esta resolução
103 alterava o Artigo 7º da Resolução 137/2010, visando a sintonia com a Instrução Normativa da
104 Receita Federal 1.143, de 1º de abril, que instituíra CNPJ diferenciado para os fundos
105 nacionais. Esclarecidos os conselheiros, a proposta de resolução foi posta em votação e,
106 subsequentemente, aprovada por unanimidade. **Aprovação das Atas das Assembleias**
107 **Anteriores.** Reiniciados os trabalhos da 201ª Assembleia Ordinária do CONANDA, agora
108 sob a Presidência da Sra. Miriam Maria José dos Santos, a mesma colocou as atas das
109 Assembleias anteriores do CONANDA ocorridas desde fevereiro do ano corrente, iniciando a
110 apreciação pela ata da 192ª (centésima nonagésima segunda) Assembleia Ordinária. Ao passo
111 que a Sra. Sra. Alessandra Mara França, Representante da ONG Criança Segura, solicitou
112 que fosse corrigido o seu sobrenome. Acatada a alteração, a Vice-Presidente Miriam Maria
113 José dos Santos continuou a apreciação da referida ata. De modo que a Conselheira Glícia
114 Thais Salmeron de Miranda, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB,
115 solicitou a inclusão de seu nome na ata, registrando assim a sua presença. Ao passo que não
116 havendo mais nenhuma manifestação, a referida ata foi aprovada por unanimidade. Antes de
117 seguir com as próximas atas, a Conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda informou que
118 abster-se-ia de aprovar as atas, considerando que as mesmas foram entregues naquele mesmo
119 dia. Todavia, a Vice-Presidente informou que as atas foram encaminhadas por e-mail
120 previamente a todos os conselheiros. Encaminhou, com tanto, que as referidas atas fossem
121 aprovadas após o intervalo do almoço daquele mesmo dia, a fim de que os conselheiros se

122 apropriassem do conteúdo. Todavia, as mesmas não foram aprovadas devido à falta de tempo
123 na tarde deste dia. **Colóquio sobre os Impactos das Grandes Obras na Vida de Crianças e**
124 **Adolescentes.** A Ministra Maria do Rosário Nunes iniciou o Colóquio consignando eu
125 agradecimento a todos os conselheiros e conselheiras e àqueles que ao longo do ano em curso
126 contribuíram para a afirmação dos direitos da criança e do adolescente. Ressaltou a
127 importância da nota pública do CONANDA, cumprimentando os conselheiros e conselheiras
128 do CONANDA pelas iniciativas tomadas junto ao Poder Judiciário para o entendimento
129 protetivo dos direitos das crianças e adolescentes na comunicação, visto que a desarticulação
130 do processo de classificação indicativa existente no Brasil era um retrocesso diante das
131 violências cometidas contra crianças e adolescentes. Destacou a importância do ano seguinte,
132 que se tratava o ano da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente,
133 ano de afirmação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, bem
134 como do fortalecimento dos conselhos de direitos e dos conselhos tutelares. Apontou que o
135 ano seguinte teriam como tarefa a elaboração do plano de ação do Plano Decenal, para que a
136 Presidência da República fizesse seu lançamento antes mesmo do carnaval. Chamou a atenção
137 dos conselheiros para o período chuvoso que se aproximava. Afirmou que, do ponto de vista
138 da política de desenvolvimento do Brasil, acreditava possível viver o desenvolvimento com a
139 proteção integral, direito fundamental das crianças e dos adolescentes. E que teriam que
140 elaborar políticas públicas que equalizassem, nas regiões de grandes obras, a disponibilidade
141 de ações protetivas para as crianças e adolescentes. Isto posto, a Sra. Miriam Maria José dos
142 Santos passou a palavra ao primeiro expositor, o Sr. Tarcísio Fortes, Representante da
143 Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento PAC/SEPAC do Ministério do
144 Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG, que afirmou que a SEPAC tinha por característica
145 a coordenação e integração de outros órgãos, ministérios e autarquias. Com relação à
146 mitigação dos danos de direitos de crianças e adolescentes, ressaltou que O PAC II tinha
147 como missão, além do desenvolvimento econômico do país, investir em ações que
148 diminuíssem as desigualdades e gerassem mais qualidade de vida aos brasileiros. Para tanto, o
149 Programa respeitava o pacto federativo e queria estabelecer o diálogo com os estados e
150 municípios e o mesmo previa alguns eixos diferenciados, bem como o comunidade cidadã,
151 que trabalhava com cinco equipamentos, os quais: creches e pré-escolas, Unidades Básicas de
152 Saúde/UBS e Unidades de Pronto Atendimento/UPA, a praça dos esportes e da cultura e, por
153 fim, as quadras esportivas nas escolas. E todos tinham incidência direta dos direitos das
154 crianças e adolescentes. Afirmou que todos os equipamentos do PAC eram direcionados com

155 alguns pré-requisitos e critérios de seleção, como a extrema pobreza, a complementaridade
156 com outros equipamentos do PAC, ou seja, os governos dos estados e municípios onde
157 ocorriam as grandes obras que solicitassem equipamentos como creches, UPA e UBS teriam
158 prioridade. Destacou também que no segundo semestre do ano em curso foi inaugurada uma
159 nova lógica de seleção para a implantação de creches e pré-escolas, através dos critérios de
160 vulnerabilidade e déficit dos municípios. Portanto, os municípios teriam ciência de quantas
161 creches e pré-escolas poderiam solicitar de antemão diante do déficit apresentado, ou seja, os
162 municípios com o maior déficit teriam direitos a mais creches e pré-escolas. Essa mesma
163 lógica também foi aliada ao programa Minha Casa Minha Vida, prevendo uma creche para
164 500 unidades habitacionais construídas e, no mesmo caminho, a seleção das praças do esporte
165 e da cultura também tinham prioridade. Esclareceu, com isto, que a praça era um equipamento
166 que por si só atuavam na mitigação de danos e na vulnerabilidade social, cuja integrava várias
167 ações do governo, porque obrigatoriamente tinha um Centro de Referência da Assistência
168 Social/CRAS, além de áreas de lazer, tele centro para inclusão digital, cineteatros, biblioteca,
169 quadra esportiva, salas de multiuso, salas de reunião e salas de aulas. Ademais, preconizava a
170 garantia da acessibilidade. Por derradeiro, colocou a SEPAC à disposição para qualquer
171 sugestão de melhoria e aprimoramento dos equipamentos. Ao passo que a Ministra Maria do
172 Rosário Nunes agradeceu ao representante do MPOG e sugeriu a inserção de Conselhos
173 Tutelares como equipamento das referidas praças. Após, a Sra. Moara Menta Giasson,
174 Representante da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio
175 Ambiente/Ibama, esclareceu as fases do licenciamento ambiental, as quais seriam: a licença
176 prévia, a licença de instalação e a licença de operação, sendo que a fase mais importante era a
177 de avaliação dos impactos, a licença prévia, na qual o IBAMA avaliava o estudo de impacto
178 ambiental e o relatório de impacto ambiental, que trazia o diagnóstico sobre as regiões,
179 infraestrutura dos municípios a serem atingidos, o meio biótico, o componente ambiental, o
180 componente social e a interação com a proposta de implantação do empreendimento. Com
181 isto, é feito o prognóstico dos impactos e, conseqüentemente, a proposta de mitigação dos
182 impactos. É observado afluxo populacional e o impacto que causa nos serviços sociais de
183 saúde, educação e segurança. Portanto, seria responsabilidade do empreendedor propor
184 medidas de mitigação do déficit já existente na região. Com isto, o IBAMA só concedia a
185 licença de instalação após avaliar o detalhamento das medidas de mitigação dos impactos, às
186 quais era dada publicidade durante a fase da licença prévia, através de audiências públicas,
187 sendo os estudos disponibilizados anteriormente por 45 dias. Afirmou que o IBAMA

188 acompanhava as fases de obras e realizar reuniões com a população para verificar se as
189 medidas de mitigação estavam sendo suficientes e, se necessário, corrigi-las ao longo do
190 processo. Apontou que o IBAMA realizava oficinas de preparação do poder público local
191 para a instalação dos empreendimentos, ressaltando o papel do poder público, apresentando a
192 análise inicial do déficit existente, capacitando o poder público para que pudesse realizar a
193 mitigação de responsabilidade do município ou do estado. Por fim, afirmou que tanto o
194 Estudo de Impacto Ambiental/EIA e o Relatório de Impacto Ambiental/RIMA eram
195 publicizados através de site específico do IBAMA. Na sequência, a Sra. Juliette Queiroz
196 Monsã, Representante do Ministério de Minas e Energia/MME, ratificou o exposto pela Sra.
197 Moara Menta Giasson, destacando que o MME trabalhava com a infraestrutura energética no
198 Brasil e, dentro desse processo, era realizado o estudo de viabilidade técnica, econômica e
199 ambiental do empreendimento, o qual era aprovado pelo IBAMA e pela Agência Nacional de
200 Energia Elétrica, sendo apresentadas, portanto, as propostas mitigadoras. Em seguida, a Sra.
201 Juliana Di Thomazo, Coordenadora do Programa Infância Ideal do Instituto Camargo Corrêa,
202 informou que explanaria sobre o Programa Grandes Obras pela Infância, desenvolvido pelo
203 Instituto Camargo Corrêa, que tinha por função orientar as ações de investimento social do
204 Grupo Camargo Corrêa. Indicou que o programa foi desenvolvido em dois mil e dez,
205 motivado pela experiência da Usina Hidrelétrica de Jirau e tinha como foco principal de
206 trabalho o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, cuja perspectiva
207 era atuar em treze municípios e priorizando as obras do PAC entre os anos de dois mil e onze
208 e dois mil e doze. Para tanto, foram definidas linhas de trabalho, como projetos de apoio ao
209 Conselho Tutelar, apoio à elaboração do plano municipal de enfrentamento à exploração
210 sexual, formação dos profissionais da rede de educação e saúde para a notificação e
211 prevenção, apoio e fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
212 Adolescente/CMDCA, profissionalização para adolescentes em situação de vulnerabilidade;
213 além de desenvolver processo de comunicação envolvendo polícia e rede de hotéis. Por fim,
214 agradeceu. Ato contínuo, a Sra. Sra. Rosana Junqueira, Representante do Instituto Childmood
215 Brasil, destacou que, desde a sua criação, o Instituto Childmood tinha como foco específico a
216 atuação do enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente e, desde o ano de
217 dois mil e nove, atuava conjuntamente com o Instituto Camargo Corrêa e a Construtora
218 Camargo Corrêa, que teve como fruto o Programa Grandes Obras pela Infância, cuja linha de
219 ação era junto à comunidade e ao profissional que realizava a grande obra. Para tanto, foi
220 realizada pesquisa para conhecer o perfil deste trabalhador, bem como sua relação com a

221 prostituição e com a exploração sexual e, a partir desta pesquisa, foi traçada a metodologia de
222 trabalho pertinente a esse público específico. Com tanto, foi realizada uma oficina com 14
223 organizações e, inclusive, a SDH, visando a troca de experiências e a elaboração de uma
224 agenda comum para tratar o tema. Informou, com isto, que trazia a todos o relatório
225 preliminar desta oficina, o qual seria publicado posteriormente ao início do ano seguinte.
226 Apontou que a Childmood acreditava que era sua função contribuir trabalhar na articulação
227 junto às organizações e tentar pautar o tema cada vez mais e que o IBAMA poderia ter o foco
228 direcionamento também para a criança, especificamente a exploração sexual e o
229 enfrentamento a ela. Isto posto, a Sra. Carmen Silveira de Oliveira, Secretária Nacional de
230 Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, destacou que a preocupação com o tema
231 grandes obras denotava da Construção da BR-163, no Estado do Pará, de modo preventivo,
232 preparando os municípios no fortalecimento da rede local de proteção, adotando a realização
233 de diagnósticos municipais através da metodologia do Programa de Ações Integradas e
234 Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território
235 Brasileiro/PAIR. Diagnósticos estes muito importantes para subsidiar outras áreas do
236 Governo Federal e outras políticas, como a política de assistência social e de educação.
237 Esclareceu, com isto, que o PAIR tinha três importantes fases: a metodologia de diagnóstico
238 da situação da infância e da adolescência e da rede de proteção do município; a partir da
239 devolutiva desse diagnóstico, havia a mobilização da comunidade para a formulação do Plano
240 Operativo Local, que seria o conjunto de estratégias e ações a serem desenvolvidas; e, por
241 fim, é celebrada a capacitação das equipes para o desenvolvimento qualitativo do plano.
242 Apontou que, a partir do ano de dois mil e nove, foi firmada parceria com a Associação
243 Brasileira Terra dos Homens para desenvolver ações em quatro grandes canteiros de obras, o
244 projeto Salobo, no Pará, o consórcio Santo Antônio Energia, em Rondônia, o Complexo
245 Petroquímico, em Itaboraí, no Rio de Janeiro e Itaipu Energia, no Paraná. Parceria esta
246 celebrada com as áreas de responsabilidade social das empresas que atuavam nesses
247 consórcios. Afirmou que essa experiência nesses ambientes do PAC Energia Elétrica levou à
248 convicção de selecionar, dentre as obras do PAC, este segmento, que passava a ser uma
249 prioridade no Plano Brasil Protege suas Crianças e Adolescentes, cujos motivos eram que
250 essas hidrelétricas eram construídas em áreas de difícil acesso e com uma rede de proteção
251 bastante precária e insuficiente, além da massa de trabalhadores deslocada e que se constituía
252 em várias vulnerabilidades, dentre elas a exploração sexual. Ponderou, portanto, que
253 encontravam-se delineando ações a serem desenvolvidas, que representariam a soma de

254 esforços para fortalecer as instâncias bases do sistema de garantia de direitos, os Conselhos de
255 Direitos e os Conselhos Tutelares, como também a rede de proteção. Destacou que a novidade
256 trazida pelo Plano Brasil Protege suas Crianças se situava no fato da responsabilização dos
257 agressores, motivo pelo qual o Ministério da Justiça/MJ era um dos parceiros. Destacou, por
258 fim, o estabelecimento de parcerias formais com as empresas. Ato contínuo, o Sr. Joacy
259 Pinheiro, Membro da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do
260 Adolescente/SPDCA informou que, em Altamira, na região de construção de da Usina
261 Hidrelétrica de Belo Monte, era iniciado um projeto de fortalecimento da rede de proteção
262 local adotando a metodologia do PAIR, cujo lançamento dar-se-ia no início de janeiro de dois
263 mil e doze, o qual seria executado em parceria com a Universidade Federal do Pará. E a SDH
264 apoiava também a criação de um centro de referência em direitos humanos na mesma região.
265 Por derradeiro, a Sra. Carmen Silveira de Oliveira informou que a Matriz Intersetorial de
266 Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes trazia em sua última versão o
267 monitoramento de indicadores dos municípios com grandes obras no Brasil. Antes de ceder a
268 palavra à próxima expositora, a Ministra Maria do Rosário Nunes afirmou que, diante do
269 exposto, havia a compreensão de que no Brasil não existia um licenciamento em separado
270 sobre impactos sociais. Entretanto, o país tinha condições de demonstrar que o projeto de
271 desenvolvimento atendia às necessidades de desenvolvimento humano e a atenção especial às
272 crianças e adolescentes. Após, a Sra. Karina Figueiredo, Representante do Comitê Nacional
273 de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes informou que o mesmo
274 teve início no ano dois mil, quando foi criado o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência
275 Sexual Contra Criança e Adolescente, motivado pela sociedade civil e pelo 1º Congresso
276 Mundial, na Suécia, onde reuniram-se vários países, que se comprometeram a implementar
277 seus planos nacionais de enfrentamento à exploração sexual. Afirmou que o Comitê era um
278 espaço da sociedade civil, que tinha como função o monitoramento, a mobilização e a
279 articulação para pautar na agenda dos Conselhos e das políticas públicas o enfrentamento à
280 violência sexual contra criança e adolescente. Apontou que no ato da aprovação do Plano
281 Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Criança e Adolescente foi
282 recomendado aos estados e municípios a elaboração de seus planos locais. Afirmou também
283 que existiam em todos os estados do Brasil os Comitês ou Fóruns de enfrentamento à
284 violência sexual e também em vários municípios. Indicou que foram demandados
285 primeiramente sobre o tema das grandes obras no estado do Mato Grosso do Sul, quando da
286 construção do gasoduto, onde a rede local apontou a rede articulada para explorar

287 sexualmente mulheres, crianças e adolescentes. Apontou também que pesquisa realizada em
288 Porto Velho, no Estado de Rondônia, constatou-se o aumento de 200% o número de estupros,
289 23% da gravidez na adolescência, o número de casos de HIV e outras doenças sexualmente
290 transmissíveis, o homicídio, além de 2000 denúncias de violações dos direitos dos
291 trabalhadores. Percebeu-se que no município de Jirau não foi devidamente preparado para a
292 chegada dos trabalhadores, não havendo lá um Conselho Tutelar, ou um CRAS ou Centro de
293 Referência Especializada da Assistência Social/CREAS. Apontou também que ao dialogarem
294 com os empresários no que lhes cabias em relação às verbas compensatórias, afirmavam que a
295 aplicação desta verba dava-se após consulta ao poder pública local, entretanto, a aplicação do
296 recurso para a mitigação dos danos a crianças e adolescentes eram feita de forma incipiente.
297 Afirmou que foi elaborada a Carta de Porto Velho, que constou 10 pontos estratégicos e
298 prioritários para o enfrentamento à violação de direitos humanos de crianças e adolescentes no
299 contexto de grandes obras, como a estruturação prévia de um sistema de garantia de direitos.
300 Por derradeiro, informou que foi realizada audiência pública na Câmara Federal, a partir da
301 iniciativa da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, que se comprometeu a
302 elaborar o marco regulatório dessas obras. Isto posto, a Sra. Miriam Maria José dos Santos
303 lembrou que a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual dava-se no
304 âmbito da Comissão de Políticas Públicas/ CPP deste Colegiado e os recursos para a
305 contratação do consultor para esta revisão foram aprovados recentemente em plenário. Com
306 isto, solicitou à SPDCA a agilização da contratação do mesmo, para o lançamento do referido
307 plano em maio de dois mil e doze. Após, a Conselheira Alessandra Mara França reafirmou a
308 importância de trabalhar a conscientização das famílias, como também a infraestrutura para
309 prevenir os acidentes com crianças, considerando que, nesses ambientes de grandes obras, um
310 trator seria um parque de diversão para a criança. Com isto, sugeriu a criação de áreas de lazer
311 junto às obras e que as mesmas seguissem as normas da Associação Brasileira de Normas
312 Técnicas/ABNT. Na sequência, o Conselheiro Andrea Franzini, Representante da
313 Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB/ Pastoral do Menor, informou que além
314 de grandes obras, a Amazônia vivia uma outra onda de investimentos, as grandes plantações
315 do Dendê para a produção do biodiesel, o que representava para a Amazônia uma grande
316 ameaça. Após, ponderou que o princípio da divulgação dos atos públicos ainda era muito
317 ineficiente, exemplificando que, no Estado do Pará, apenas 3% das pessoas possuíam acesso à
318 internet em casa, 3%, portanto, não tinham acesso a discussões proativas de implantação de
319 qualquer obra, ferindo assim a equidade. Ressaltou que no íterim discussões do Plano

320 Decenal havia proposto um item que não foi contemplado, que seria a obrigatoriedade dos
321 relatórios de impacto ambiental terem no período de sua elaboração a participação dos
322 conselhos de controle social. Afirmou que o Conselho Municipal de Altamira havia lhe
323 pedido recentemente o modelo municipal para a criação de conselhos tutelares, o que não
324 condizia com o que ali foi dito, que houve ou havia o fortalecimento do Conselho. Questionou
325 como o processo de implantação de amortecedor de desenvolvimento humano trabalhava a
326 perspectiva da qualificação e aprimoramento das leis municipais, bases da política municipal.
327 Questionou ainda qual a inter-relação entre o PAIR e a ação compensatória das empresas. Por
328 fim, defendeu as assembleias descentralizadas dos conselhos e sugeriu como local para a
329 realização da primeira descentralizada do próximo ano o município de Altamira, no Estado do
330 Pará. Olhando a perspectiva do trabalhador, a Conselheira Raimunda Núbia Lopes da Silva
331 questionou como a empresa pensava o acolhimento e a proteção do trabalhador, de forma que
332 auxiliasse na proteção da criança e do adolescente. Afirmou, por derradeiro, que era
333 entendimento comum a necessidade de um licenciamento social, a fim de garantir a
334 participação dos conselhos de direitos e tutelares na aprovação a implantação da grande obra
335 no local. Neste passo, a Sra. Juliana Di Thomazo esclareceu que na chegada do Instituto
336 Camargo Corrêa é estabelecido o diálogo primeiramente com o CMDCA local, além do
337 Comitê Municipal de Enfrentamento à Exploração Sexual. Esclareceu ainda que era alinhada
338 ao Programa Grandes Obras pela Infância toda a metodologia do PAIR, desde o diagnóstico
339 até o plano operativo local. Afirmou que, em Altamira/PA, o Instituto Camargo Corrêa
340 chegou antes da Incorporadora Camargo Corrêa e nas discussões alinhavam com a
341 universidade para que as ações feitas e apoiadas pelo Instituto fossem complementares ao
342 apoiado pela SDH. Apontou que também era preocupação do Instituto as condições dos
343 funcionários e uma preocupação maior com os equipamentos de lazer e com a periodicidade
344 de visitas à família. Após, o Conselheiro Adriano de Britos, Representante da Federação
345 Brasileira das Associações Cristãs de Moços, solicitou que fossem informadas as 13 cidades
346 priorizadas pelo Instituto. Ao passo que a Sra. Juliana Di Thomazo elencou: Cabo de Santo
347 Agostinho, Ipojuca, Fortaleza, São Luís, Altamira, Cristalina, Abricampo, Alcântara, Santa
348 Helena de Goiás, Patrocínio, Salvador, Canaã dos Carajás e Porto Velho. A Conselheira
349 Maria de Lourdes Magalhães, Representante do Ministério da Saúde/MS, observou o
350 envolvimento com a DFH em alguma medida, todavia, desconhecia algum trabalho específico
351 com o Ministério da Saúde. Ao passo que a Sra. Juliana Di Thomazo afirmou que o instituto
352 não tinha nenhuma articulação com o Ministério da Saúde. No entanto, a articulação e

353 alinhamento com a política de saúde era em nível municipal, assim como a política de
354 educação. Todavia, ponderou importante um alinhamento melhor com o MS. Em seguida, a
355 Conselheira Maristela Cizeski sugeriu uma articulação e um envolvimento maior com a
356 sociedade civil, através de suas organizações. Ao passo que a Sra. Juliana Di Thomazo
357 ressaltou a interlocução feita com o CMDAC e afirmou ainda que era também realizada
358 doação para o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente/FNCA, o que não era considerado
359 parte do investimento do Instituto. Tratava-se de uma doação das empresas para o Fundo e,
360 subsequentemente, auxiliava a elaborar um diagnóstico e o plano para aplicação dos recursos.
361 Afirmou por fim que eram chamadas as organizações atinentes aos direitos da criança e do
362 adolescente. Com isto, agradeceu novamente o convite e se despediu de todos. Após, a
363 Conselheira Maria de Lourdes Magalhães apontou a ocorrência de desabastecimentos em
364 Altamira/PA, inclusive de alimentos. Com isto, questionou como era trabalhada esta questão e
365 de quem era a responsabilidade. Ressaltou a importância do envolvimento das demais
366 políticas públicas sócias básicas do Governo Federal, esforço este compartilhado entre as três
367 esferas de governo. Questionou como era feita a sustentabilidade das ações e sugeriu com isto
368 planos mais estruturados e conjugando esforços. Questionou qual o tempo das ações. Sugeriu
369 o diálogo para a elaboração dos materiais produzidos para a capacitação dos gestores das
370 políticas locais. Em seguida, a Conselheira Danielly dos Santos Queirós, Representante do
371 Ministério da Educação/MEC, solicitou que a Sra. Moara Menta Giasson detalhasse os
372 critérios sociais com relação à definição dos impactos sociais. Informou também que o MEC
373 atuava em Pernambuco, na refinaria Abreu e Lima, demandado pela Petrobras, utilizando-se
374 de projetos como o Programa Escola que Protege, que atuava na formação de profissionais de
375 educação sobre violências contra crianças e adolescentes e com o Programa Brasil
376 Alfabetizado. Na sequência, a Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, Representante do
377 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS, propôs que o tema em
378 debate continuasse a ser discutido no âmbito da CPP. Ratificou a proposta de uma definição
379 mais específica sobre o impacto social e quem teria a autoridade de certificar e autorizar uma
380 obra. Sugeriu, por fim, que os representantes do Consórcio responsável pela construção de
381 Belo Monte, Consórcio Norte Energia, a fim de que apresentassem o plano de aplicação dos
382 recursos para a mitigação dos impactos sociais, para que o CONANDA pudessem inferir
383 neste plano. Ato contínuo, a Sra. Moara Menta Giasson esclareceu que não era fácil uma
384 criança ou um adolescente acessar os canteiros de obras, considerando que o mesmo era um
385 ambiente bastante controlado. Esclareceu ainda que a divulgação do empreendimento e do

386 licenciamento do empreendimento era realizada por diversos meios e todos os documentos
387 ficavam disponíveis também na prefeitura e, além disso, o RIMA também era divulgado nas
388 escolas públicas. Afirmou que o IBAMA não poderia exigir nada que não tivesse fundamento
389 legal e também fugia à competência do órgão, mas, todavia, poderia orientar o consórcio
390 empreendedor. Após, apontou que o IBAMA atuava em conjunto com o Ministério da Saúde,
391 especialmente a Secretaria de Vigilância em Saúde/SVS, além de atuar com a Fundação
392 Nacional do Índio/FUNAI, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, a
393 Fundação Cultural Palmares e o Instituto Chico Mendes de Conservação da
394 Biodiversidade/ICMBIO e cada um desses órgãos federais no âmbito de sua competência
395 atuava e avaliava os programas ambientais. Acresceu ainda que era solicitado do Ministério
396 da Saúde uma atuação de avaliação de todos os programas e era realizada uma atuação com o
397 sistema SUS, com o município e com o estado para avaliar a capacidade daquele local em
398 receber o fluxo populacional e os impactos do empreendimento. No mesmo sentido, para o
399 Ministério da Educação. Com relação à avaliação dos impactos sociais, afirmou que o
400 IBAMA, muitas vezes, extrapolava suas competências para tentar minimizar estes impactos,
401 ressaltando que a Casa de Governo era fruto da interlocução junto aos ministérios de Minas e
402 Energia e do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ponderou, por fim, muito bem vinda uma
403 melhoria na legislação que trouxesse mais claramente as responsabilidades no arcabouço legal
404 de avaliação e definição de ações de mitigação aos impactos sociais. Neste passo, a
405 Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues questionou quais os indicadores que permitiam avaliar
406 os impactos sociais, afirmando que o impacto social era saber o que efetivamente as obras
407 geravam e qual medida seria necessária criar para contrapor ao impacto. Ao passo que a Sra.
408 Moara Menta Giasson esclareceu que não eram indicadores, mas as medidas efetivas de
409 mitigação e as medidas que se tentava garantir era que o empreendedor se colocasse à
410 disposição da prefeitura para dar o suporte necessário ao município e que fizesse a avaliação
411 dos indicadores, ou seja, que quando o empreendimento estivesse na fase de operação, o
412 empreendedor pudesse comprovar que os índices não estivessem piores quando da alocação
413 do empreendimento. Após, a Sra. Juliette Queiroz Monsã ratificou brevemente as informações
414 postas pela Sra. Moara Menta Giasson. Em seguida, o Sr. Tarcísio Fortes ponderou
415 importante o convite ao Consórcio Norte Energia e sugeriu que fosse solicitado ao consórcio
416 os projetos de maior interesse. Informou que, com relação ao desabastecimento, não havia um
417 equipamento específico do PAC para tanto, todavia, sugeriu o diálogo com o Ministério da
418 Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Destacou que uma das questões que perpassavam o

419 PAC eram as escolas, no sentido de ter mais escolas e a melhoria das já existentes. Informou
420 também que o MEC foi acionado pelo desenvolvimento regional sustentável do Xingu para a
421 possibilidade viabilizar o custeio de salas de aulas antes da implantação dos
422 empreendimentos. Informou ainda que nas praças de esporte e cultura era montada uma
423 unidade gestora local, a qual participavam membros da sociedade civil, a fim de comprometer
424 o município à manutenção das mesmas. Após, a Sra. Karina Figueiredo informou que o
425 Comitê investiria no marco regulatório, por acreditarem que deveriam existir novas
426 condicionalidades para o financiamento e indicadores para os estudos de impacto
427 socioambiental. Destacou com isto que o Comitê elaborava um projeto de mapeamento ou
428 pesquisa, que teria início em Porto Velho/RO. Para tanto, foi convidado o CONANDA e os
429 conselhos municipais e estaduais dos direitos da criança e do adolescente. Por fim, agradeceu
430 novamente o espaço cedido. Na sequência, a Sra. Rosana Junqueira afirmou que
431 desenvolviam uma metodologia a fim de sensibilizar os trabalhadores sobre a exploração
432 sexual e as responsabilidades inerentes desta violação. Com relação à sustentabilidade das
433 ações, afirmou que a Childmood focava seu trabalho no emponderamento do sistema de
434 garantia de direitos e, apesar da temática trabalhada ser a violência sexual, a Child fazia
435 entender que para qualquer direito de criança e adolescente todos precisavam trabalhar juntos
436 e toda ação de articulação e que se desenvolvesse em um plano de enfrentamento, que fosse
437 um plano municipal e conseqüentemente uma política pública. Informou que o Instituto
438 desenvolveu um guia de referência para o trabalho, inicialmente focado na formação de
439 professores, mas também utilizado com todos os conselhos e o mesmo encontrava-se
440 disponível para download. Por fim, afirmou que desejavam uma interlocução maior com o
441 Ministério da Saúde, parceiro muito importante no processo. Com isto, a Vice-Presidente
442 Miriam Maria José dos Santos agradeceu aos expositores, ponderando que foi muito
443 enriquecido o debate. Após, elencou os possíveis encaminhamentos: realização da primeira
444 assembleia descentralizada de dois mil e doze em Altamira/PA; proposição do licenciamento
445 ambiental, articulando-se com o IBAMA; convidar o Banco Nacional de Desenvolvimento
446 Econômico e Social/BNDES, o Ministério do Turismo, Ministério do Esporte, o Comitê da
447 Copa do Mundo e o consórcio Norte Energia. Ao passo que a Conselheira Raimunda Núbia
448 Lopes da Silva sugeriu o convite ao Conselho Nacional de Meio Ambiente/CONAMA. A Sra.
449 Miriam Maria José dos Santos encaminhou também uma articulação maior com os conselhos
450 de direitos e tutelares dos municípios em que se davam as grandes obras e os grandes eventos.
451 Na sequência, a Conselheira Alessandra Mara França sugeriu o convite ao Ministério das

452 Cidades. Em seguida, a Sra. Miriam Maria José dos Santos encaminhou por pesquisa junto
453 aos conselhos municipais, a fim de averiguar a situação dos conselhos e, posteriormente,
454 posteriormente verificar o que melhorou e o que não melhorou dentro desses municípios em
455 relação à infância e à adolescência. A Conselheira Danielly dos Santos Queirós sugeriu que os
456 Ministérios fossem notificados sobre novas obras. Após, a Sra. Karina Figueiredo sugeriu a
457 mudança do marco regulatório, a fim de garantir a participação dos conselhos nos processos
458 de grandes obras. Na sequência, o Conselheiro Andrea Franzini sugeriu a criação de um
459 Grupo de Trabalho para qualificar o debate a nível federal, incluindo o CONANDA, SDH e
460 empresas, de forma a melhorar a rede de proteção permanente do município. A Conselheira
461 Raimunda Núbia Lopes da Silva sugeriu que o GT fosse criado a partir da próxima escuta de
462 demais envolvidos no tema das grandes obras e dos grandes eventos e que, nesse interim, os
463 encaminhamentos se dessem por meio da CPP. Todavia, diante das colocações dos demais
464 conselheiros, concordou com a criação prévia do referido GT. Pleiteou, por fim, que fosse
465 realizada uma assembleia descentralizada no Estado do Piauí. Em seguida, a Sra. Carmen
466 Silveira de Oliveira informou que houve a execução total das ações do PAIR pelo FNCA e,
467 portanto, restou um saldo que foi transferido para um PRODOC, que poderia ser utilizado na
468 contratação de consultores para fazerem a atualização da Matriz Intersetorial de
469 Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Sugeriu, com isto, que o
470 CONANDA estabelecesse quais os municípios, aqueles que não estavam postos no momento
471 da atualização da Matriz. Informou também que existia o formulário da Pesquisa Conhecendo
472 a Realidade. Propôs uma força tarefa específica para aplicar a pesquisa em municípios que o
473 Conselho estabelecesse como prioritários no contexto das grandes obras, tendo assim um
474 diagnóstico da situação dos conselhos tutelares e dos conselhos de direitos, sendo definido,
475 portanto, o norte no estabelecimento de estratégias. Lembrou também que a Fundação
476 Telefônica desenvolveu guias para os Conselhos de direitos municipais poderem fazer o
477 diagnóstico no município e planos municipais. Sugeriu ao CONANDA que estabelecesse
478 parâmetros para o desenvolvimento dos diagnósticos e dos planos municipais, além de
479 analisar e ajustar esse material desenvolvido pela Fundação e torna-lo um parâmetro nacional
480 através de resolução. Sugeriu, por fim, que a SDH e o Conselho realizassem uma força tarefa
481 para implantar o SIPIA nos municípios e escolas de conselho como referência para trabalhar a
482 capacitação específica no contexto das grandes obras, pautando as empresas com ações de
483 responsabilidade social sobre a intersecção entre estas ações e as políticas públicas. Isto posto,
484 a Sra. Miriam Maria José dos Santos finalizou este ponto de pauta agradecendo novamente a

485 todos. **Projeto de Lei do Conselho Tutelar.** A Conselheira Glícia Thais Salmeron de
486 Miranda pautou o tema ressaltando a importância de uma resposta à demanda do Fórum
487 Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares. Ao passo que a Conselheira Maria de Lourdes
488 Magalhães informou que no dia treze da corrente semana participou de audiência pública
489 sobre o Projeto de Lei dos Castigos Físicos e que o mesmo foi aprovado no dia seguinte e que
490 a Deputada Teresa Surita (PMDB-RR) a informou que já havia solicitado a criação de
491 Comissão Especial dos Conselhos Tutelares. Neste sentido, a Sra. Miriam Maria José dos
492 Santos sugeriu que fosse realizada assembleia extraordinária desse egrégio colegiado com
493 pauta única, que discutiria o debate e aprovação da proposta de substitutivo do PL dos
494 Conselhos Tutelares. E, não havendo manifestação contrária, a sugestão foi aprovada. Neste
495 passo, a Conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda sugeriu a socialização do PL aos
496 conselheiros e conselheiros para contribuições antes da referida assembleia e que estas
497 contribuições fossem encaminhadas à Coordenação-Geral do CONANDA até o dia 20 de
498 janeiro do próximo ano. **Homenagem ao Professor Wanderlino Nogueira.** A Sra. Miriam
499 Maria José dos Santos propôs que esta assembleia ordinária fosse dedicada ao Professor
500 Wanderlino Nogueira, ganhador do Prêmio Direitos Humanos 2011 na categoria Garantia dos
501 Direitos da Criança e do Adolescente, um dos idealizadores do Sistema de Garantia de
502 Direitos e por sua história na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.
503 Proposta esta aprovada por unanimidade. Ao passo que o próprio se fez presente à reunião e
504 demonstrou seu agradecimento. **Nota Pública da Classificação Indicativa.** A Sra. Miriam
505 Maria José dos Santos iniciou o tema informando que o CONANDA incluiria novo item na
506 nota pública visando fortalecer e reafirmar posicionamento já externados em nota pública
507 deliberada na 169ª Assembleia Ordinária, em Brasília, nos dias 12 e 13 de novembro de 2008,
508 se manifestando novamente vez favorável à Portaria 1.220, de 11 de junho de 2007, expedida
509 pelo Ministério da Justiça e seria feita um mutirão junto ao Supremo Tribunal Federal/STF
510 para sensibilizar os Ministros da importância da classificação indicativa na proteção da
511 infância e da adolescência. Neste passo, a Conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda
512 realizou a leitura da nota e, após as adequações de redação, a mesma foi aprovada por
513 unanimidade, com o indicativo de postar no Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente,
514 no Observatório e remetida à toda rede de atendimento à criança e ao adolescente e,
515 conseqüentemente, ao STF. **Relato das Comissões Permanentes – Comissão de**
516 **Mobilização e Formação/CMF.** Iralda Cassol Pereira, Representante da Sociedade Literária
517 Caritativa Santo Agostinho, relatou que necessitava de deliberação e referendo do Plenário a

518 aprovação da publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA Acessível. Esclareceu
519 ainda que esse material seria disponibilizado todas as escolas inscritas para receber crianças
520 com deficiências, um por escola na primeira tiragem. Neste sentido, o Conselheiro Andrea
521 Franzini sugeriu um plano de maior difusão deste material para um segundo momento,
522 recomendando que todas as escolas do país tivessem acesso a este produto, ou aos produtos
523 sucessivos que tivessem a linha de fortalecimento da inclusão na escola. Com isto, a
524 publicação do livro foi aprovada por unanimidade, com o encaminhamento de solicitar ao
525 MEC que universalizasse a distribuição desses produtos a todas as escolas e distribuisse
526 também aos conselhos tutelares e de direitos, que a Comissão de Mobilização e Formação
527 desse continuidade a essa discussão e que o Projeto Escola de Gente, autor do material,
528 apresentasse o mesmo a todos os conselheiros em uma outra plenária. Na sequência, a
529 Conselheira Iralda Cassol Pereira trazia para a plenária a proposta da criação de um GT com
530 oitos especialistas para efetuarem a elaboração da Matriz da Escola de Conselhos. Grupo este
531 composto por um Representante do Sistema de Informações para a Infância e
532 Adolescência/SIPIA, dois Conselhos Tutelares, dois do Conselho de Direito, dois sobre
533 Novas Tecnologias e um para construir o projeto político pedagógico da escola. Ao passo que
534 a Conselheira Maristela Cizeski solicitou que o CONANDA fosse membro deste GT e
535 realizasse o monitoramento juntamente com a SDH. Solicitou também que o CONANDA
536 também fosse convidado a participar dos encontros da Escola de Conselho. Neste sentido, a
537 Conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda solicitou que o relatório do último encontro da
538 Escola de Conselho fosse disponibilizado a todos e que na composição do GT fossem
539 garantido a participação de um representação de cada comissão permanente do Conselho.
540 Neste passo, a Vice-Presidente sugeriu que a CMF elaboração minuta de Resolução
541 instituindo a Matriz da Escola de Conselhos e regulamentando a criação desse GT. Isto posto,
542 o Plenário aprovou a proposta de criação do GT, com a inclusão do CONANDA em sua
543 composição e com o indicativo de que a CMF fizesse a minuta de Resolução acima sugerida.
544 Na sequência, complementando o relato da CMF, o Conselheiro Adriano de Britos informou
545 que no dia anterior o Sr. Claudio Stacheira apresentou o SIPIA para os membros da comissão
546 e o mesmo solicitou a liberação de R\$ 1,1 milhão (um milhão e cem mil reais) do FNCA para
547 a compra de novos computadores servidores para potencializar e aumentar a velocidade do
548 sistema. Ao passo que a Vice-Presidente ressaltou que a Resolução do FNCA não permitia a
549 compra de material permanente. Sugeriu remeter o tema à Comissão de Orçamento e
550 Finanças/COF para propor alguma ação e comunicar o demandante a respeito do impeditivo

551 da Resolução do FNCA. Após, o Conselheiro Adriano de Britos informou que dois
552 encaminhamentos dado pelo CONANDA sobre a pesquisa censitária de meninos e meninas
553 de rua não foram cumpridos, que seria o envio do convênio aos conselheiros e o prazo de um
554 mês para a entrega do produto pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável/IDEST. Ao
555 passo que a Vice-Presidente informou que a SDH estava elaborando relatório de fiscalização
556 realizada junto ao instituto e tão logo finalizado seria encaminhado ao CONANDA,
557 juntamente com as penalidades previstas no contrato do IDEST. Com isto, a CMF finalizou o
558 seu relatório. **Relato das Comissões Permanentes – Comissão de Políticas Públicas/CPP.**
559 A Conselheira Maria de Lourdes Magalhães destacou que a Comissão discutiu o plano de
560 enfrentamento ao *crack*; o relatório sobre situação da adolescência brasileira do UNICEF; a
561 proposta de Resolução sobre registro de óbitos em unidades de internação e em delegacias,
562 especialmente no sistema socioeducativo; e a implementação da Lei 11.525. Com relação ao
563 Plano de enfrentamento ao crack, informou que o encaminhamento trazido pela Comissão era
564 convidar os ministérios envolvidos, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, o Ministério
565 do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS e a Casa Civil, a fim de dar
566 continuidade à apresentação do conteúdo do plano; além de convidar as comissões
567 parlamentares especiais que tratam das questões do *crack* e outras drogas do Senado Federal e
568 da Câmara dos Deputados Federais respectivamente, com o objetivo de apresentar o relatório
569 produzido sobre a temática em plenário. O Conselheiro Andrea Franzini sugeriu que a
570 apresentação dos relatórios fossem realizados antes da Conferência Nacional dos Direitos da
571 Criança e do Adolescente. Neste passo, o CONANDA aprovou o convite às duas comissões
572 até a Assembleia de maio de 2012. Com relação ao relatório sobre situação da adolescência
573 brasileira do UNICEF, a CPP encaminhou ao plenário: garantir linha de financiamento a
574 projetos e ações voltadas para o fortalecimento do protagonismo dos adolescentes no próximo
575 edital do FNCA; indicar dois conselheiros para contribuir na formação do Selo UNICEF
576 2012, que tomaria como referência os dados do relatório; solicitar inclusão do CONANDA no
577 GT interministerial coordenado pelo MJ para a elaboração do Plano Nacional de Redução de
578 Homicídios. Neste passo, as propostas foram colocadas em aprovação e as mesmas foram
579 aprovadas sem contrariedade. Na sequência, a Conselheira Maria de Lourdes Magalhães
580 informou que o próximo encaminhamento que demandava deliberação do Plenário era a
581 realização de uma oficina relativa à resolução sobre registro de óbito em unidades de
582 internação e em delegacias entre a CPP e a CDHAP, convidando um representante do MS, MJ
583 e SDH. Ao passo que a Conselheira Raimunda Núbia Lopes da Silva deixou os conselheiros

584 das demais comissões à vontade para participarem da oficina. Neste sentido, o Conselheiro
585 Andrea Franzini sugeriu de imediato a inclusão de um membro de cada comissão. Neste
586 passo, o Conselho aprovou a proposição, esta atrelada à realização da assembleia
587 extraordinária de janeiro de dois mil e doze. Isto posto, o Conselho aprovou também a
588 realização de oficina do GT da Reforma Política do CONANDA. Com relação à
589 implementação da Lei 11.525, que tratava do ECA nas Escolas, a CPP trazia como
590 encaminhamento convidar a Universidade Federal da Paraíba para apresentar pesquisa em
591 assembleia sobre a implementação da Lei no Brasil; solicitar audiência pública entre a
592 Ministra Maria do Rosário Nunes e o Presidente do Conselho Nacional de Educação/CNE,
593 munida de minuta de diretrizes para a implementação da Lei constituída por comissão ou GT
594 do CONANDA e tendo como pauta também o Sistema Nacional de Atendimento
595 Socioeducativo/SINASE. Neste sentido, as encaminhamentos foram postos à aprovação e
596 tendo assim o referendo do plenário. Antes de passar à próxima Comissão, a Vice-Presidente
597 informou que encontrava-se concluído o texto da Política Nacional dos Direitos Humanos de
598 Crianças e Adolescentes e o GTI responsável pela elaboração da Política realizaria nova
599 reunião na semana da assembleia extraordinária para posteriormente fazer a apresentação do
600 texto em assembleia. **Relato das Comissões Permanentes – Comissão de Direitos**
601 **Humanos e Ação Parlamentar/CDHAP.** A Conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda
602 informou que o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil/FNPETI
603 apresentou à Senadora Marta Suplicy projeto de lei substitutivo que transferia para a família a
604 responsabilidade do trabalho infantil artístico até os 14 anos de idade. Para tanto, demandava
605 da participação do CONANDA no fórum para garantir a articulação necessária junto à
606 Senadora para a devida aceitação do substitutivo. Encaminhou também que a Comissão
607 elaboraria minuta de resolução que disporia sobre a participação do CONANDA nas
608 campanhas publicitárias de órgãos governamentais. Sugeriu, com tanto a presença de um dos
609 membros do FNPETI, um dos membros do Ministério da Justiça ou um membro do
610 Ministério Público do Trabalho, para um diálogo anteriormente à aprovação da resolução na
611 próxima assembleia ordinária. Após, informou que a Comissão encaminhou solicitar ao MEC
612 e ao Juiz da Infância do Ministério Público de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, sobre os
613 encaminhamentos dados sobre a aplicação de medidas socioeducativas nas escolas. Apontou
614 que o FNPETI também solicitou representação do CONANDA para articulação contra a
615 proposta de emenda constitucional que tratava da redução etária de 16 para 14 anos a idade
616 mínima para o trabalho. Por fim, solicitou novamente assessoria parlamentar para a Comissão

617 e que a Assessoria Parlamentar da SDH também subsidiasse o CONANDA sempre que
618 pertinente. Antes de passar para os encaminhamentos, a Vice-Presidente registrou a presença
619 de dois membros do Conselho Estadual de Goiás e que um deles sofria ameaças por causa de
620 sua atuação no estado. Ao passo que o Conselheiro Andrea Franzini sugeriu uma
621 comunicação pública para as autoridades do Brasil e em especial aos meios de comunicação
622 do estado de Goiás em relação ao total apoio não só à pessoa, mas a todas as ações de garantia
623 do direito da criança e do adolescente. Deste modo, a sugestão foi aprovada e a comunicação
624 pública seria encaminhada a todos os conselheiros para aprovação. Após, a Conselheira
625 Raimunda Núbia Lopes da Silva justificou as ausências de representação no Fórum e sugeriu
626 que Mesa Diretora do CONANDA fossem sugeridas as representações, propondo inclusive o
627 nome do Conselheiro representante do Ministério da Justiça. **Campanha Publicitária do**
628 **Fundo Nacional da Criança e do Adolescente/FNCA.** A representante do Departamento de
629 Comunicação da SDH, Sra. Valéria, esclareceu que a campanha baseava-se primariamente na
630 produção de um filme para a televisão de 30 segundos, um spot para rádio, anúncio de jornal e
631 revista e postagem nos sites oficiais da SDH e do CONANDA nas duas semanas seguintes.
632 Sugeriu também a veiculação no portal das entidades representadas ali no Conselho.
633 Esclareceu que o filme contaria a história de uma criança que, com todas as garantias de seus
634 direitos, ao tornar-se adulto virava doador do Fundo. Antes de passar a palavra aos demais, a
635 Vice-Presidente lembrou que a campanha já havia sido aprovada em plenário e teria caráter
636 permanente, todavia, dava-se ali o detalhamento da mesma. Com isto, o Conselheiro Andrea
637 Franzini consignou estranhamento ao ator utilizado no filme, branco e engravatado,
638 estereótipo da sociedade capitalista globalizada, o que era contrário ao preconizado entre as
639 imagens da Conferência Nacional, que propõem diversidade. Diante disto, foi verificada a
640 possibilidade de alteração do ator da campanha por uma imagem desenhada, como todo o
641 restante do vídeo. Tendo a resposta positiva a esse questionamento, a campanha foi aprovada
642 com a abstenção da representante da OAB, Conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda, e
643 com o indicativo das próximas campanhas contemplarem a diversidade. **Encerramento.**
644 Coordenando os trabalhos, a Conselheira Raimunda Núbia Lopes da Silva consignou que era
645 necessário a garantia do tempo para o relato das Comissões Permanentes e, com isto, remeteu
646 os encaminhamentos da CDHAP à Mesa Diretora do CONANDA. E não havendo mais tempo
647 hábil, encerrou a reunião.